

O Debate Pós-democrático no Século XXI

Luciana Ballestrin
Universidade Federal de Pelotas

1 Introdução

No ano de 2016, em diferentes partes do mundo, pelo menos quatro eventos foram capazes de questionar os limites da democracia representativa, liberal e ocidental. Na Inglaterra, um plebiscito demonstrou a preferência majoritária dos ingleses pela saída da União Europeia; na Colômbia, o referendo pelo acordo de paz com as FARC (*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*) foi rejeitado pela maioria; nos Estados Unidos, uma vitória inesperada elegeu o empresário Donald Trump para a presidência da ainda maior potência mundial; por fim, no Brasil, um processo de *impeachment* foi aprovado para a destituição da ex-presidenta reeleita Dilma Rousseff, justificado em um controverso crime de responsabilidade fiscal. Cada qual à sua maneira, tais acontecimentos evidenciam a emergência de discursos abertamente autoritários, anti-humanistas e antidemocráticos; sua eventual legitimação pelo voto popular, partidos políticos e/ou lideranças populistas; e, a utilização das instituições democráticas para a fragilização, minimização ou ruptura da própria democracia.

Dessa forma, não seria exagerado afirmar que o modelo hegemônico da democracia liberal enfrenta atualmente sua maior crise global desde o final da Guerra Fria, apresentando um movimento de retração em diversas partes do mundo. As motivações para essa crise têm origens múltiplas, afetando e impactando diferentemente os países do Norte e do Sul Global. No âmbito da Ciência Política internacional, este diagnóstico tem sido debatido apenas recentemente, apesar de o esgotamento da democracia liberal ter dado seus primeiros sinais ainda na primeira década do século XXI. A conformação de uma onda global de desdemocratização adverte e interpela a Ciência Política em geral e a teoria democrática em particular.

O principal objetivo deste artigo é realizar uma revisão da literatura contemporânea sobre “pós-democracia”, argumentando pela necessidade da incorporação deste debate pela teoria democrática, sobretudo, aquela trabalhada e pensada desde o Brasil. Disciplinarmente falando, a omissão da disciplina da Ciência Política diante a gravidade do contexto político nacional, regional e global, coloca-a sob o risco da cumplicidade e testemunho passivo da destruição de seu principal objeto de pesquisa – seja por omissão, negligência, subestimação ou mesmo afinidade ideológica. O caso brasileiro ocupa um lugar importante nessa discussão, constituindo-se possivelmente a primeira inflexão pós-democrática do Sul Global.

A estrutura do artigo está dividida em três partes. A primeira procurou lançar um olhar, provavelmente incompleto e parcial, sobre a relação disciplinar da Ciência Política com a normatividade democrática. Tal leitura permite reivindicar a introdução do neoliberalismo no debate disciplinar sobre a democracia e sua crise na contemporaneidade, entendendo-o como sua principal força desdemocratizante. A importância desse movimento reside no questionamento da separação entre as esferas econômica e política, constitutiva da especificidade e da identidade disciplinar da Ciência Política. Assim, a eliminação dessa fronteira artificial sustentada pelo discurso neoliberal é uma primeira grande contribuição originada pela discussão sobre pós-democracia ao campo da

Ciência Política. Na seção seguinte são analisadas as potencialidades e os limites para a aplicação do rótulo “pós-democrático” no contexto das democracias (semi)periféricas, já que ele dispõe de um anglo-eurocentrismo metodológico e um liberalismo ideológico particulares e não necessariamente extensivos à escala global. Em outras palavras, provincializar o debate sobre pós-democracia implica em observar as diferentes relações entre democracia e (neo)liberalismo que ocorrem nos contextos dependentes e subalternizados pelas relações de poder globais. Por fim, a ideia de um Brasil pós-democrático é aventada em um exercício interpretativo para ilustrar as vantagens e as desvantagens do conceitual para a realidade brasileira atual.

2 A Ciência da “Democracia”?

A consolidação e institucionalização da disciplina da Ciência Política ao longo do século XX foi constituída por pelo menos dois argumentos fundamentais. O primeiro pode ser encontrado na pretensão fundadora da tríade de autores europeus Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels. Através dos Elitistas, a transformação científica do estudo da política científico passou a estar relacionada à reivindicação da autonomia e da especificidade da atividade política, assim como o recurso ao discurso realista e neutro para justificar a superioridade das suas leituras. É significativo que o Elitismo, ao contribuir para a fundação da Ciência Política como disciplina, tenha sido sustentado por autores conservadores que desconfiavam profundamente tanto do socialismo quanto da democracia. No contexto das duas primeiras décadas do século XX, a Teoria das Elites acabava por reforçar um sentimento profundamente antipopular e cético, procurando formular leis gerais que pretendiam explicar – e, logo, justificar –, a desigualdade entre uma minoria governante e uma maioria governada. Respectivamente, a Classe Dirigente, a Circulação das Elites e a Lei Férrea das Oligarquias marcaram um conjunto de esforços que, a despeito da aspiração de imparcialidade, batia continência à negação do elemento popular nos assuntos da política. Esse traço não é muito distinto daquele que a institucionalização disciplinar da Ciência Política nos Estados Unidos acabou também por reproduzir (Bianchi, 2011).

Assim, de maneira descentralizada, a Ciência Política foi construindo seus domínios, monopolizando determinados objetos, domesticando tendências e diferenciando suas esferas de atuação e intervenção das outras Ciências Humanas e Sociais. As noções de paternidade ou fundação, sempre problemáticas para a perspectiva crítica da geopolítica do conhecimento aqui adotada, associam o percurso histórico de cientificização da política moderna à noção de realismo – já encontrada no próprio Maquiavel e em Hobbes. A compatibilização entre a visão realista e o discurso científico, permitida especialmente através do positivismo dominante da primeira metade do século XX, afastou os planos analíticos normativos e ideais no caso da Ciência e mesmo da Teoria Política (Ball, 2004). A construção de uma vocação empírica da Ciência Política dependeu do insulamento da política como justificativa e legitimidade disciplinar, sendo o compromisso com uma determinada visão de democracia um traço presente em grande parte de seu registro norte-americano. Assim, se por um lado a disciplina precisou afirmar o caráter neutro típico do discurso científico disciplinado, por outro ela se colocou ao lado da democracia em um sentido abertamente liberal e restritivo.

Ainda que a institucionalização da área seja variável de acordo com diferentes realidades nacionais, a hegemonia internacional da Ciência Política estadunidense é notável em termos de referências, agendas de pesquisa, universidades prestigiadas, língua franca e linguagem acadêmica. Claramente, isso não impede que haja criatividade, autonomia e inovações dentro do campo, mas o predomínio de determinadas narrativas é evidente. Exemplos dessa diversificação são os grupos de

trabalho em congressos acadêmico-científicos brasileiros e latino-americanos destinados a debater sobre a história, ensino e pesquisa da disciplina.

O segundo argumento constitutivo da área está relacionado à inclinação normativa que se coloca ao lado da democracia. O limite desse comprometimento é a fixação do seu sentido liberal como núcleo inquebrantável, mesmo para modelos não hegemônicos complementares – participativo, deliberativo, radical, entre outros. Assim, se os elitistas demonstraram que o nascimento da disciplina na Europa veio acompanhado de um fervor antidemocrático, o mesmo não pode ser aplicado na segunda metade do século XX quando se observou a consolidação institucional da disciplina e de suas diversas subdisciplinas sob a ótica estadunidense (Goodin e Klingemann, 1996). Apesar de a teoria democrática não ser seu monopólio, a preocupação com a temática da democracia nos mais diversos sentidos lhe emprestou um rótulo de “ciência da democracia”. Mas, a própria escolha do economista austríaco Joseph Schumpeter como autor inaugural do Elitismo Democrático, é reveladora sobre os primeiros significados da teoria da democracia trabalhada pelo cânone disciplinar.

Ao longo do século XX, a trajetória da teoria democrática esteve muito condicionada pela rejeição e esterilização da democracia realizada pelo Elitismo e Elitismo Democrático, respectivamente. Foi somente com Robert Dahl que houve a restituição do núcleo normativo da teoria democrática (Avritzer, 1996), ainda que nos termos de um pluralismo competitivo. O conteúdo liberal-pluralista não permitiu, contudo, o desaparecimento do traço disciplinar elitista. E paradoxalmente, a resistente afirmação da separação dos campos político e econômico, não impediu que a lógica das dinâmicas concorrenciais fosse transposta como racionalidade válida para o mercado político (Downs, 1999). “Democracias não guerreiam entre si” ou “democracias não sobrevivem sem economias de mercado” são duas frases orgulhosamente repetidas pelos seus defensores liberais, omissos quanto à capacidade de as democracias declararem guerra a um país considerado não democrático e quanto à perfeita adaptação das economias de mercado aos regimes autoritários. Aqui, realismo e liberalismo aceitam tomar parte de um interessado casamento.

As origens elitistas e liberais que alicerçam a disciplina não a convidaram até agora, em termos explicativos e normativos, lidar com a questão pós-democrática. Apesar de as relações entre capitalismo e democracia terem sido discutidas por vários autores e áreas no século passado, a Ciência Política é atualmente confrontada por uma espécie de transmutação autoritária dentro do seu principal objeto e projeto, relacionada àquele mesmo binômio. Em outras palavras, ela não está preparada para assumir fortemente dois diagnósticos básicos, a saber: 1) a destruição da democracia está sendo possibilitada por dentro das instituições democráticas e 2) as forças que têm impulsionado esse fenômeno conversam e/ou provêm de um campo entendido como exógeno à disciplina.

A separação liberal entre economia e política e entre público e privado, questionada por marxistas e feministas respectivamente (Miguel, 2016), é endossada pela Ciência Política em geral, produzindo uma percepção de que a disciplina analisa a política da maneira mais técnica e neutra possível. Some-se a isso duas tendências correlatas e derivadas do insulamento da política: a incapacidade de pensá-la como inserida em um contexto mais amplo de relações sociais e a crença de que grande parte dos conflitos são absorvidos pelas instituições (Miguel, 2014; Miguel, 2017). Essa última explica em parte a perplexidade da Ciência Política brasileira mediante à ruptura do pacto republicano-democrático no ano de 2016 (*Ibid.*), através do processo que resultou na destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República.

Com efeito, a Ciência Política foi se consolidando como uma disciplina antítese do marxismo e do feminismo. Com exceção da literatura neomarxista – próxima ao neoinstitucionalismo histórico – dos anos setenta e oitenta, ambas as correntes críticas ao liberalismo são aceitas principalmente pela

abertura possibilitada pela teoria política contemporânea, caracterizada pelo seu alto grau de pluralidade e heterogeneidade (Dryzek *et al.*, 2006). Seja pela história das ideias políticas, seja pela contribuição teórico-normativa sobre representação e participação políticas, os autores marxistas e as autoras feministas são residualmente reconhecidos pelo *mainstream* da área. Atualmente, o cenário tende a ser menos hostil ao feminismo, na medida em que ele é incorporado pelo neoliberalismo (Fraser, 2009).

Aos olhos da área, o marxismo ainda padece de uma suposta pecha acerca da subordinação política à economia ou sobre a ausência de uma teoria política, do político e do Estado na obra marxiana (Pogrebinschi, 2009). A artificialidade que sustenta a separação estrutural da economia e da política é eficaz à reprodução do capitalismo, assim como o é a própria existência do Estado (Wood, 2011). Ainda que exista a noção pouco usual de “marxismo político” (*Ibid.*), a diferença entre o liberalismo político e o liberalismo econômico é mais comumente reforçada. Cientistas políticos marxistas são peças raras no mercado das ideias. Contudo, há que se observar que a preocupação com as desigualdades políticas derivadas das desigualdades econômicas se tornou importante para os próprios liberais.

Diferentemente do marxismo em relação à liberdade, o liberalismo político promoveu um debate profícuo ao considerar filosoficamente a questão da igualdade (Vita, 1999). A renovação da teoria política contemporânea a partir dos anos 1970 remete à introdução da preocupação moral e filosófica pelo liberalismo político em sua versão igualitária com as desigualdades. As questões de justiça distributiva foram assimiladas como legítimas pela democracia liberal, aspecto que justifica tanto os debates em defesa da taxa Tobin ou renda mínima na agenda internacional quanto para a problematização das desigualdades globais (*global inequalities*). Mesmo autores como Robert Dahl (2001) foram capazes de observar os constrangimentos que uma economia livre de mercado gera sobre a igualdade política, base mínima para democracia. Na medida em que potencializa a desigualdade na distribuição de recursos variados – riqueza, educação, informação, direitos, entre outros –, o capitalismo de mercado estipula uma espécie de limite para a democratização das sociedades.

Ao longo do século XX, a construção da hegemonia democrática como forma de governo globalmente aceitável esteve condicionada pela limitação e pelo afastamento de alguns de seus princípios e significados possíveis. No século passado teriam ocorrido pelo menos três grandes debates em torno da democracia: em suas primeiras décadas, o primeiro debate tratou da desejabilidade da democracia como forma de governo; em um segundo momento, a partir da Segunda Guerra Mundial, as questões econômicas e estruturais foram introduzidas na discussão para analisar sua (in)compatibilidade com o capitalismo; por fim, deram-se as disputas acerca do formato e das variações democráticas (Sousa Santos e Avritzer, 2002). Diante da vitória neoliberal que tornou a democracia e a economia de mercado dois projetos indissociáveis, o questionamento da baixa intensidade democrática incentivada pelo modelo hegemônico ocidental – minimalista, procedimental, agregativo, elitista, liberal, pluralista –, ocorreu a partir da recuperação e introdução de outros modelos, mais complementares do que substitutivos daquele hegemônico.

Baseando-se no diagnóstico não consensual sobre a crise e a falência da democracia representativa, os princípios da participação política, deliberação pública, soberania popular e autogoverno foram sendo recuperados pelas propostas institucionais de democracia participativa, deliberativa e direta, os quais procuraram romper com o monopólio da representação e agregação de interesses pelos partidos políticos, apostando no potencial da sociedade civil, ação coletiva e movimentos sociais para o aprofundamento e radicalização da democracia. Os projetos mais teóricos

de democracia radical e cosmopolita, por seu turno, também se somaram ao conjunto dessas perspectivas não hegemônicas; todas elas, cada qual a sua maneira, foram questionadoras da insuficiência de uma concepção de democracia restrita, domesticada ou exclusivamente nacional. Todavia, nenhuma foi capaz de propor uma alternativa ao modelo democrático hegemônico aplicável às sociedades capitalistas e complexas de larga escala.

Ao mesmo tempo e também a partir dos anos 1990, a captura e a esterilização do conceito de democracia foi realizada por grandes instituições e atores internacionais, esvaziando seu potencial de contestação à nova hegemonia global regulamentada pela racionalidade neoliberal. Nesse contexto, experiências locais de democracia participativa – como o Orçamento Participativo, por exemplo – passaram a ser incentivadas pelo Banco Mundial, como medida preventiva de corrupção e controle dos recursos públicos estatais. Até a virada do século XX e apesar de alguns sinais de esgotamento, a terceira onda democrática parecia desfrutar de uma intranquila estagnação, reforçando o diagnóstico de Huntington (1994) sobre a possibilidade de uma terceira onda reversa.

A crise econômica mundial de 2008 representa um marco simbólico importante para a expressão de evidências mais robustas sobre as negociações do divórcio entre a democracia liberal e a economia neoliberal. Na entrada da segunda década do século XXI, movimentos como o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos e o *Democracia Real Já!* na Espanha são exemplos que vincularam diretamente contestações relacionadas ao sequestro da democracia pela lógica do capitalismo financeiro. Ainda que o debate sobre as contradições entre democracia e capitalismo não seja novo e que os limites da democracia formal/institucional tenham sido problematizados em termos da democracia substancial/social, pela primeira vez a experiência (neo)liberal do Norte Global testemunha o paradoxo gerado pela convivência autofágica dos seus próprios princípios. A crise é endógena e atinge o coração de suas origens históricas: “nunca antes na histórica moderna, os dilemas dos países centrais estiveram tão próximos dos dilemas da periferia” (Perez-Liñan, 2017, p. 45, tradução própria). O diagnóstico sobre a pós-democracia, ainda que muito derivado de uma concepção pós-estrutural da política, inseriu a importância do neoliberalismo para o debate democrático atual.

3 Um problema para a democracia liberal: o neoliberalismo

Onda, regime, contexto, fenômeno, realidade, época: afinal, do que se trata a noção de pós-democracia? O termo apareceu pela primeira vez na elaboração filosófica de Jacques Rancière (Nash, 1996) ainda nos anos 1990 e foi mais sistematicamente desenvolvido pelo sociólogo Colin Crouch (2000, 2011) ao longo dos anos 2000. É importante observar que mais contemporaneamente, o conceito vem agregando vários significados para além de seu diagnóstico principal, isto é, a esterilização da democracia pelas contradições que sua convivência com o neoliberalismo provoca. Assim, o conceito de pós-democracia conecta profundamente política e economia, observando o esvaziamento da primeira e a ampliação/colonização da segunda em múltiplas direções. A disputa entre democracia e neoliberalismo também é uma disputa entre política e economia, povo (soberania popular) e elite (governo), o nacional e o global. A realidade pós-democrática está também relacionada com a privatização do poder político pelo poder econômico em uma escala global, cuja principal característica consiste na interdição da democracia a partir de suas próprias instituições, discursos e práticas.

“*Post-democracy*” é o título do livro de Collin Crouch publicado em 2004. Um dos principais argumentos defendidos pelo autor é o de que o poder das corporações e firmas globais contribuem

para o processo de esvaziamento da democracia (Crouch, 2011). Esses atores não realizam somente algum tipo de pressão; são participantes ativos do processo político. A democracia aparece como uma vítima do mercado:

A ideia de pós-democracia nos ajuda a descrever situações quando o tédio, frustração e desilusão se instauraram após um momento democrático; quando os interesses de uma minoria poderosa se tornam mais ativos do que a massa das pessoas comuns em fazer o sistema político funcionar a favor dos mesmos; quando elites políticas aprenderam a administrar e manipular demandas populares; onde as pessoas têm de ser persuadidas a votarem em campanhas publicitárias de cima para baixo. Isto não é o mesmo do que uma não-democracia, mas descreve um período no qual temos, por assim dizer, sair do outro lado da parábola da democracia (Crouch, 2000, p. 7, tradução própria).

É perceptível que o recuo democrático tem ocorrido com a permissividade e instrumentalização da própria democracia em seu sentido hegemônico e formal, sendo acompanhado pelo avanço de um projeto questionador da indispensabilidade dessa mesma tímida democracia liberal – e dos direitos que ela possibilita. As causas desse processo são variadas e estão associadas a “uma crise global do neoliberalismo como modo de governar as sociedades” (Dardot e Laval, 2016, p. 27).

Brown (2015), assim como Dardot e Laval (2016), aproximam-se na análise explicativa sobre como o processo de esvaziamento democrático pelo neoliberalismo se tornou possível. Brown (*Ibid.*), apoia-se nas contribuições de Michel Foucault (biopolítica, racionalidade política, governamentalidade) para fundamentar uma racionalidade neoliberal transcendente à esfera econômica. Segundo a autora,

Em contraste com a concepção do neoliberalismo como um conjunto de políticas estatais, uma fase do capitalismo ou uma ideologia que libera o mercado para restaurar a lucratividade para a classe capitalista, eu me junto a Michel Foucault e outros na concepção do neoliberalismo como uma ordem de razão normativa que, quando se torna ascendente, conforma uma racionalidade governante estendendo uma formulação específica de valores econômicos, práticas e métricas para todas as dimensões da vida humana (Brown, 2016, p. 30, tradução própria).

Nesse contexto, uma racionalidade ou razão neoliberal podem ser teorizadas:

A razão neoliberal, onipresente hoje na política e no local de trabalho, na jurisprudência, na educação, cultura e vasta gama de atividades cotidianas está convertendo distintivamente o caráter político, significado e operação dos elementos constitutivos da democracia, em econômico. Instituições democráticas liberais, práticas e hábitos podem não sobreviver a essa conversão (Brown, 2016, p. 17, tradução própria).

Em artigo anterior, Brown (2006) trabalhou com uma noção de desdemocratização (*de-democratization*) em um sentido bem diferente daquele elaborado por Charles Tilly (2013). A pesquisa em política comparada realizada pelo autor utiliza a noção de desdemocratização em um sentido oposto ao de democratização, significando “um movimento real no sentido de uma consulta

[referente às relações políticas entre Estados e cidadãos] mais estreita, mais injusta, menos protegida e menos vinculante” (*Ibid.*, p. 28). Ainda que a noção de desigualdade de classe seja minimamente considerada no rol das “desigualdades categóricas”¹, a exclusão das questões econômicas estruturais limita sua contribuição para os estudos comparados sobre democratização. Brown (2016, p. 691), por seu turno, emprega a expressão como consequência da interação entre as duas principais racionalidades imperantes nos Estados Unidos, a neoliberal e a neoconservadora, em um processo canibalesco e autofágico da democracia liberal.

A proposta de Brown sobre um entendimento extra-econômico do neoliberalismo observa a colonização da dinâmica concorrencial para todas as dimensões e relações humanas. A dupla francesa Dardot e Laval (2016) procurou deixar sua contribuição original para a discussão da realidade pós-democrática, propondo o pensamento de uma sociedade neoliberal, baseada na subjetivação e subjetividade contábil e financeira (capitalista): “o neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais” (*Ibid.*, p. 30). Nota-se que tanto Brown quanto Dardot e Laval se ocuparam mais da análise sobre neoliberalismo do que sobre democracia, evidenciando experiências e trajetórias históricas relacionadas às potências do Atlântico Norte (Estados Unidos e Europa ocidental). Falar sobre democracia hoje requer falar sobre capitalismo (Fraser, 2015). Intervindo nesse debate, interessa à Nancy Fraser o que ela chama de contradições políticas do capitalismo “financeirizado” (*financialized capitalism*), entendendo-o como uma ordem social institucionalizada. Sua associação, portanto, com os processos de desdemocratização e pós-democracia é de ordem sistêmica.

Já desde uma perspectiva filosófica pós-marxista, o aparecimento das pós-democracias está intimamente relacionado com o esvaziamento ou o fim da política. Assim,

A pós-democracia (como um correlato necessário do fim da política) pode ser entendida como o sempiterno intento liberal de deslocar a política para um lugar neutro, com o fim de proclamar a morte do antagonismo político e a aceitação resignada do reformismo político e a economia de mercado (Chantal Mouffe, Jacques Rancière, Slavoj Žižek, Alain Badiou, Claude Lefort, Ernesto Laclau) (Monedero, 2012, p. 70, tradução própria).

Essa perspectiva sintetizada por Monedero compreende que “a pergunta sobre a pós-democracia é na realidade a pergunta sobre a política” (*Ibid.*, p. 75, tradução própria). Ela permite compreender “o novo sentimento antidemocrático” e o “novo ódio à democracia” ensaiado por Rancière (2014, p.10-11). O formalismo democrático, o fascismo social e o domínio absoluto da economia financeira sobre a realidade são três pilares fundamentais para o entendimento da pós-democracia em um sentido mais amplo. Esse tipo de abordagem enfatiza a ideia de pós-política, incorporando a crítica pós-marxista que denuncia a tentativa discursiva constante de neutralização, eliminação e criminalização do conflito pelo (neo)liberalismo.

Isso produz impactos importante se a democracia for definida “como um modo de subjetivação da política” (Rancière, 2014 *apud* Nash, 1996, p. 177). Nessa perspectiva, a pós-democracia é a “democracia sem *demos*”, isto é, “o povo desaparece da cena política – seu papel na tomada de

¹ Para o autor (Tilly, *Ibid.*, p. 37), “os principais processos na promoção da democracia, em todos os períodos, consistem na crescente integração das redes de confiança aos processos políticos públicos, no crescente insulamento dos processos políticos públicos em relação às desigualdades categóricas [gênero, raça, etnia, religião, classe, castas] e na autonomia decrescente dos principais centros de poder em relação aos processos políticos públicos”.

decisões é substituído por uma aristocracia tecnocrática e a soberania popular, pela soberania do mercado” (Stavrakakis, 2016 *apud* Goldenberg, 2019, n.p.). Rancière, o primeiro autor a desenvolver filosoficamente a noção de pós-democracia, explica seu entendimento do conceito:

Não entenderemos por esse termo [pós-democracia] o estado de uma democracia que se desiludiu tristemente de suas esperanças ou que aboliu felizmente suas ilusões. Não procuraremos aí um conceito da democracia na idade pós-moderna. Esse termo nos servirá apenas para designar a prática consensual do apagamento das formas do agir democrático. A pós-democracia é a prática governamental e a legitimação conceitual de uma democracia de *depois do demos*, de uma democracia que liquidou a aparência, o erro na conta e o litígio do povo, redutível portanto ao jogo único de dispositivos do Estado e das composições de energias e de interesses sociais. A pós-democracia não é uma democracia que encontrou no jogo das energias sociais a verdade das formas institucionais. É um modo de identificação, entre os dispositivos institucionais e a disposição das “partes” e das partes da sociedade, apto a fazer desaparecer o sujeito e o agir da própria democracia (Rancière, 2018, p. 113, grifo do autor).

É interessante observar que essa elaboração fora originalmente publicada em 1995. Contudo, é somente nos últimos anos que as consequências perversas da eliminação do conflito pelo discurso neoliberal têm ultrapassado as questões relacionadas com a eleição dos princípios do consenso, neutralidade e técnica para a condução da governança global. O extravasamento da manifestação de formas de violência estatal, social e mercadológica trouxe novamente o fantasma do autoritarismo, do totalitarismo e do populismo a eles sempre disponível. Em outras palavras, o conflito parece agora explodir em sua forma primária física relacionada à força, à brutalidade e à violência pura e simples. Discursivamente, o insulto, a ofensa, a agressão, tornam-se linguagem comum de uma forma de fazer política – questionável posto que não política – nas redes sociais virtuais, na televisão, nos metrô, nas ruas. Cada vez mais a eliminação do outro é incorporada pelo léxico da pós-democracia, em um sentido oposto à passividade amorfa implícita na citação acima. O prefixo “pós” vai dando lugar ao “anti”, com ajuda indispensável do crescente elogio à ignorância e ao antiintelectualismo (Sousa Santos, 2016; San Martín, 2017).

O mal-estar da civilização do século XXI constrói um sujeito pós-democrático depressivo, impaciente, ansioso, individualista, consumista. A imagem de um futuro distópico, permitida pela ausência de competidores ao projeto capitalista pela primeira vez na história ocidental (Santos, 2017), interfere nas múltiplas relações que se estabelece com a política, com a democracia, com o outro. A noção de um fundamentalismo ou totalitarismo neoliberal, cuja privatização radical da vida face à desconstituição também radical do público, enfrenta alternativas de resistências muito residuais, quando não cooptáveis. Desesperança política e preguiça intelectual por um lado, intolerância e violência de outro: “o capitalismo neoliberal deixou em sua esteira uma multidão de sujeitos destruídos, muitos dos quais estão profundamente convencidos de que seu futuro imediato será uma exposição contínua à violência e à ameaça existencial” (Mbembe, 2016, n.p.). Achille Mbembe prossegue com sua leitura pós-colonial:

Neste contexto, os empreendedores políticos de maior sucesso serão aqueles que falarem de maneira convincente aos perdedores, aos homens e mulheres destruídos pela globalização e pelas suas identidades arruinadas. A política se converterá na

luta de rua e a razão não importará. Nem os fatos. A política voltará a ser um assunto de sobrevivência brutal em um ambiente ultracompetitivo (Mbembe, 2016, n.p.).

A sugestão do fim da era do humanismo contida no título do artigo do autor pós-colonial aponta para uma certa intencionalidade do projeto político sintético das duas racionalidades pensadas por Wendy Brown. Nesse projeto ainda difuso, mas já com ares globais, negacionismo e falsificacionismo históricos são elementos presentes nos discursos ascendentes anti-humanistas, antifeministas, antidemocráticos, antipopulares e antiliberais. A publicação do artigo “The case for colonialism” pelo prestigiado periódico *Third World Quarterly* (2017)² é representativa e significativa do lado obscuro ativado pela dinâmica pós-democrática. A defesa aberta do retorno do colonialismo europeu ou da volta do governo militar no Brasil deixam de ser aberrações desconexas e anacrônicas, anunciando publicamente um desejo de violência coletiva, moralmente aceito como mais um ponto de vista permitido pela democracia liberal. O humanismo, projeto eurocêntrico repleto de contradições oriundas das violências coloniais e imperiais, retorna como um valor que a prudência e o instinto de sobrevivência da espécie não possibilitam ainda abandonar.

A conjuntura pós-democrática atual pode ser caracterizada a partir de uma série de eventos que sugerem a escalada global de a) um recuo democrático no seu sentido hegemônico e formal, possibilitado por dentro das próprias instituições democráticas; b) a crescente autorização pública da ascensão de discursos autoritários, antidemocráticos e anti-humanistas, com apelo e adesão popular/populista; c) a crescente colonização da esfera econômica internacional sobre a vida política nacional; d) o espraiamento da razão neoliberal para todas as esferas da vida pessoal e coletiva, inclusive política; e) o esvaziamento da política e da democracia. A crescente privatização internacional do poder pelas autoridades econômicas e o descontrole público sobre as mesmas evidencia a ausência da democracia liberal nos próprios regimes de governança global. A natureza política do sistema internacional é uma variável importante para o estímulo da onda pós-democrática (Ballestrin, 2016). A terceira onda reversa se expressa na onda global de desdemocratização.

4 Brasil pós-democrático?

Até os anos 1930, imperavam na América Latina regimes oligárquicos competitivos, sendo possível verificar a partir daí a ocorrência de regimes híbridos, semidemocráticos, democráticos, autoritários, além dos períodos significativos de transição política (Hartlyn e Valenzuela, 2009). Por suas contradições históricas, o liberalismo que se desenvolveu nos países latino-americanos pouco apostou na democracia como seu par indispensável. Autoritarismo e liberalismo conviveram relativamente bem na América Latina, em ambíguo e constante flerte junto ao Estado – ainda que a disputa democrática historicamente nunca pôde dele prescindir. O sequestro do estado e da democracia pelas dinâmicas coloniais, imperiais e capitalistas, em suma, é velha dinâmica pelas bandas latino-americanas.

A trajetória das experiências democráticas na América Latina possui um conjunto de especificidades no contexto do desenvolvimento das democracias representativas liberais. Após o período autoritário implementado pelas ditaduras civis-militares, os debates sobre transição e consolidação da democracia dominaram a agenda de pesquisa da Ciência Política continental nos

² O artigo está atualmente fora do ar por ter protagonizado um escândalo acadêmico internacional envolvendo ética e moral científicas, resultando na demissão voluntária de vários membros do conselho editorial da revista.

anos 1980 e 1990, respectivamente. Posteriormente, a abordagem sobre qualidade da democracia, linguagem associada ao mercado que reforça uma noção de consumo, foi bastante popularizada na agenda de pesquisa comparada da região. Atualmente, o debate sobre a desdemocratização regional ainda não ganhou a devida atenção que o contexto exige, especialmente quando relacionada ao “*Right Turn*”.

Lembra-se que na virada do século XXI, o continente desempenhou um papel fundamental para a internacionalização da agenda da democracia participava – o terceiro grande debate sobre as variações institucionais democráticas mencionado na seção anterior –, contribuindo com outros dois movimentos importantes para a esquerda global: a ascensão de governos pós-neoliberais (“*Left Turn*”) e a reabilitação da noção de descolonização vinculada a uma noção de justiça. Nas duas últimas décadas, portanto, o entusiasmo com o experimentalismo democrático contrastava com a trajetória pendular das experiências democráticas na América Latina. Este entusiasmo se encontra em curva descendente a partir da segunda década do século XXI.

Parcela importante da literatura sobre pós-democracia reproduz um eurocentrismo analítico e liberalismo normativo que deve ser cuidadosamente observado e trabalhado. No sul global, a biopolítica ganha feições de necropolítica e a consideração das desigualdades não pode ser algo secundário ou acessório para o desenvolvimento e a autorrealização democrática:

Uma influente literatura na Ciência Política tem alertado sobre o impacto negativo da desigualdade para a sobrevivência da democracia [...]. Os modelos teóricos postulados por esta literatura compartilham uma tese estilizada: comparadas com as ditaduras, as democracias tendem a redistribuir o ingresso em favor dos setores mais pobres. Por este motivo, as elites pagam um custo para viver em democracia e este custo se torna maior na medida em que a brecha entre pobres e ricos se torna mais aguda, dado que os pobres demandam uma maior redistribuição. Em contextos de grande desigualdade, então, as elites adquirem maiores incentivos para respaldar uma ditadura que suprima a participação popular e preserve a desigualdade (Perez-Liñan, 2017, p. 40-41, tradução própria).

Em geral, as pesquisas globais em política comparada são incapazes de incorporar elementos considerados extrapolíticos e extrainstitucionais, acarretando resultados não raro distorcidos quanto às explicações sobre a baixa adesão aos valores democráticos ou altos índices de desconfiança política no sul global. Um conjunto de variáveis e fatores relevantes para a determinação do desenvolvimento democrático são desconsiderados em nome da rigidez disciplinar, afetando especialmente países que já combinaram autoritarismo e neoliberalismo antes do próprio aparecimento do conceito de pós-democracia.

Ignora-se, por exemplo, o fato de a América Latina ser o lugar de nascimento do neoliberalismo e experimentar as contradições do liberalismo desde sua fundação moderna/colonial. O entendimento sobre a pós-democracia como consequência do canibalismo entre os princípios liberais na política na economia já não esteve na fundação corrompida dos países pós-coloniais? Colonialismo e escravidão foram instituições antiliberais desenvolvidas nas colônias simultaneamente ao desenvolvimento das instituições liberais nas metrópoles. Assim, a inserção da história das relações geopolíticas globais é fundamental para compreender os diferentes desenvolvimentos do capitalismo, do liberalismo e da democracia. A condição pós-colonial teve impactos nessas trajetórias, razão pela qual se deve evitar uma transposição acrítica ou pouco cuidadosa do diagnóstico das pós-democracias para o sul.

Segundo Stavrakakis (Goldenberg, 2016), não seria preciso geopolitizar o debate sobre as pós-democracias. Para ele, o conceito é aplicável para descrever outros fenômenos políticos para além da Europa Ocidental, onde o mesmo surgiu. Yves Sintomer confirma essa posição ao considerar o Brasil como um caso pós-democrático recente:

A pós-democracia é um sistema no qual, aparentemente, nada muda em relação à democracia ocidental clássica: seguem-se organizando eleições livres, o Poder Judiciário é independente, os direitos individuais são respeitados. A fachada é a mesma, mas o poder real está em outra parte. As decisões são tomadas pelas direções das grandes corporações transnacionais, mercados, agências de classificação, organizações internacionais e organismos tecnocráticos. Esta é a tendência dominante na atualidade. A destituição de Dilma Rousseff leva o Brasil por esta via (Sintomer, 2017, p. 31-32, tradução própria).

O Brasil é o país exemplar para a pergunta: é possível então que a manifestação da pós-democracia e do tipo de sujeito que ela estrutura ocorra também nos países do sul global? A revisão da literatura realizada até aqui permite afirmar que o Brasil esvaziou a substância de sua democracia sem extingui-la formalmente (Dardot e Laval, 2016), um traço fundamental nos processos contemporâneos de desdemocratização. Da mesma forma, as justificativas econômicas e morais para o afastamento de Rousseff possuem as duas racionalidades descritas por Brown (2006) para o entendimento da desdemocratização estadunidense. O golpe constitucional (Santos, 2017) foi também o resultado dramático das contradições políticas do capitalismo financeiro que foi incrementado nos últimos anos no país (Fraser, 2015). Paralelamente, uma inédita intensidade da vida democrática em termos substanciais (ampliação da cidadania e políticas públicas), é conhecido elemento provocador das crises dos governos democráticos (Rancière, 2014).

A crise política brasileira atual possui características de períodos de transição política. A incerteza e a indeterminação, características típicas de um período de transição, podem ser observadas através de um conjunto diferenciado de ações executivas, legislativas e judiciárias, amparadas pela burocracia institucional de diversas esferas da administração pública, da representação política e da repressão violenta das forças subnacionais de segurança aos protestos contra o “golpe” e suas reformas. Ao invés do retorno à “ditadura civil-militar” ou ao “estado de exceção” que vigorou no Brasil por vinte e cinco anos (assumindo o ano de 1989 como seu marco final), a caracterização do estado brasileiro atual como “autoritário-burocrático-judicial”, poderia ser uma adaptação livre da clássica tese de Guillermo O’Donnell sobre os “estados burocráticos-autoritários” no Cone Sul (O’Donnell, 2009).

Determinadas forças relacionadas ao Poder Judiciário, Polícia Federal e Ministério Público ganharam um protagonismo inédito na promoção de uma agenda nacional anticorrupção, descaracterizando e distorcendo determinados sentidos de democracia e de justiça no país. O Brasil pode ser considerado um caso no qual o suposto combate à corrupção com a interferência desses atores e instituições não surtiu o efeito esperado para o fortalecimento da democracia. Pelo contrário, tratou-se da agenda que conduziu o Brasil à pós-democracia. Ainda que obviamente existam outros conjuntos heterogêneos de atores, instituições e personagens responsáveis e interessados no golpe constitucional consumado em 2016, o complexo jurídico-econômico institucional disparado para a aceleração desse processo indica que a expansão global do poder judiciário via judicialização da

política coincide com a ascensão das pós-democracias nos anos 1990 – a despeito da inexistência de nexos e causalidades entre ambos fenômenos.

Saber para qual formato de estado e qual tipo de regime o Brasil ingressa demanda a consideração de uma perspectiva histórica, latino-americana e comparada, onde os estados burocráticos-autoritários são reciclados e acionados pelas dinâmicas pós-democráticas. É possível sustentar que o Brasil foi introduzido no contexto global de recuo democrático e latino-americano das pós-democracias, onde a ruptura, a fragilização ou a relativização dos princípios básicos democráticos ocorrem por dentro de suas próprias instituições, sem recurso necessário à violência dos históricos golpes militares latino-americanos. Uma análise desse tipo, porém, demanda equilíbrio e ponderação não só quanto aos padrões históricos das rupturas democráticas no continente, mas também quanto a sua combinação à manifestação parcial de características típicas das pós-democracias.

No âmbito social e cultural, algumas características da pós-democracia hospedam um projeto político que autoriza racionalmente a entrada da irracionalidade para a eliminação do outro no jogo político, nas ruas e no cotidiano. No Brasil, o avanço da desdemocratização também caminha com a radicalização do anti-humanismo contra a vida dos outros. A equivalência da política à corrupção é um dos discursos generalizados que trabalha para a destruição da democracia, afastando as pessoas da política e produzindo um sentimento de rejeição aos partidos políticos, à classe política e às instituições políticas – observáveis pela desde Junho de 2013. Da maneira como se tem posto nos últimos quinze anos, a aversão discursiva à corrupção tem se transformado em aversão à política e à própria democracia. Quando combinado ao discurso de ódio, o discurso anticorrupção sinaliza que é capaz de suportar o sacrifício da democracia e apoiar a eliminação do “outro corrupto” da vida política, em uma clara distorção do objetivo básico do combate à corrupção – ou seja, o reforço dos princípios republicano e democrático de controle pela soberania popular.

O Brasil demonstrou ao mundo que as agendas neoliberal e neoconservadora, quando contrariadas e aliadas, são capazes de produzir uma ruptura democrática com aparência democrática. A acomodação de candidatos presidenciais potencialmente neofascistas em cenários pós-democráticos escancara definitivamente o maior limite da democracia representativa liberal ocidental em um registro colonial e colonizado. O ensaio de *welfare state* à brasileira foi engolido pela racionalidade neoliberal conjugada à racionalidade neoconservadora que elegeu Jair Bolsonaro (PSL) com quase cinquenta e oito milhões de votos nas eleições presidenciais de outubro de 2018. Apesar da idoneidade do pleito, a interdição do debate democrático foi a principal marca do contexto da campanha eleitoral, além da prisão em abril de 2018 do candidato com maior intenção popular de votos – Lula (PT).

Leituras que apostam nas continuidades e repetições históricas, contudo, não deveriam desprezar a busca das novidades presentes neste novo ciclo global de desdemocratização e retorno do autoritarismo, no qual o Brasil também está inserido pelo menos desde 2016. Muitos intérpretes do Brasil decretaram o fim da Nova República precisamente nesse ano, lembrando que a Constituição de 1988 foi responsável por institucionalizar o maior pacto liberal-republicano-democrático vivido pelo país. A Ciência Política tem pouco reagido ao fenômeno pós-democrático, descaracterizador e desestabilizador de várias convicções a respeito da hegemonia e do funcionamento das instituições democráticas liberais. No caso do Brasil, sua comunidade acadêmica e científica se depara com um desafio impossível de ser ignorado.

5 Considerações Finais

Em 2018, o modelo hegemônico da democracia liberal enfrenta sua maior crise global desde o final da Guerra Fria, apresentando um movimento de retração em diversas partes do mundo. As motivações para essa crise têm origens múltiplas, sendo que ela afeta diferentemente os países do norte e do sul global. A sugestão de uma onda global de desdemocratização requer uma estratégica atenção e mudança nos rumos do acomodado debate democrático travado pelo *mainstream* disciplinar.

A literatura internacional sobre pós-democracia e desdemocratização pode oferecer contribuições importantes para pensar a ruptura democrática e a descaracterização do regime político que ocorreu no Brasil em 2016. A consideração do neoliberalismo como força desdemocratizante na democracia liberal, contudo, não pode ser considerada um movimento histórico necessariamente inédito, dada à realidade latino-americana em geral e brasileira em particular.

Assim, apesar da potencialidade interpretativa da literatura sobre pós-democracia, a validade de seu diagnóstico central precisa ser contextualizada não somente por prudência metodológica, mas também pelo anglo-eurocentrismo analítico e liberalismo normativo embutidos nas suas teorizações elaboradas principalmente a partir da Europa Central e dos Estados Unidos, com pretensão universalista. Portanto, a ampliação do repertório explicativo dessa literatura exige a compreensão dos paradoxos conceituais, experiências históricas e especificidades contextuais colocadas pelas sociedades pós-coloniais.

Afinal, pode-se falar em pós-democracia em contextos onde a própria noção de democracia liberal esteve em grande parte ameaçada pelo autoritarismo, desigualdade e violência? Sob essa perspectiva, as sociedades pós-coloniais não poderiam espelhar realidades pós-democráticas, somente apresentar desvios e exceções democráticas em sua longa, oscilante e vulnerável história em busca de democracia.

A observação de diferentes processos de desdemocratização e autocratização em âmbito global, regional e nacional, colocam um urgente desafio analítico e normativo à disciplina da Ciência Política como um todo. Trata-se de procurar compreender e explicar a gestão, acomodação e reprodução do autoritarismo no interior do modelo liberal da democracia representativa, relacionadas com os seus limites, contradições e conflitos. Sobretudo, de reafirmar o compromisso científico, ético e normativo com a democracia.

Referências

- AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- BALL, Terence. Aonde vai a Teoria Política? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, p. 9-22, nov. 2004.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Imperialidade democrática como injustiça global: problemas para a democracia e a justiça no século XXI. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs). *Encruzilhadas da democracia*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017. p. 169-191.
- BIANCHI, Álvaro. *Political Science* contra democracia: a formação de uma tradição. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 76-105, jun. 2011.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. *Political Theory*, s.l., v. 34, n. 6, p. 690-714, dec. 2006.

CROUCH, Colin. *The strange non-death of neoliberalism*. Cambridge: Polity Press, 2011.

_____. *Coping with Post-Democracy*. Paperback, 2000. Londres: Fabian Society, 2000.

Disponível em: <http://www.fabians.org.uk/wp-content/uploads/2012/07/Post-Democracy.pdf>.

Acesso em: 30 jul. 2017.

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora UnB, 2001.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

DRYZEK, John; HONIG, Bonnie; PHILLIPS, Anne (Eds). *The Oxford Handbook of Political Theory*. Oxford: University Press, 2006.

FRASER, Nancy. Legitimation Crisis? On the Political Contradictions of Financialized Capitalism. *Critical Historical Studies*, Chicago, v. 2, n. 2, p. 157-189, 2015.

_____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul.-dez. 2009.

GOLDENBERG, Julia. Entrevista com Yannis Stavrakakis. *O triste espetáculo da democracia sem "demos"*. Outras Palavras, 5 de maio de 2016. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/o-triste-espetaculo-da-democracia-sem-demos/>. Acesso em: 30 maio 2016.

GOODIN, Robert; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

HARTLYN, Jonathan; VALENZUELA, Arturo. A Democracia na América Latina após-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Vol. VII: A América Latina após 1930: Estado e Política. São Paulo: Edusp, 2009. p. 127-198.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

MBEMBE, Achille. A era do humanismo está terminando. *Revista IHU on-line*, 24 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Democracia fraturada: o golpe, os limites do arranjo concorrencial e a perplexidade da Ciência Política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs). *Encruzilhadas da democracia*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017. p. 45-65.

_____. O liberalismo e o desafio das desigualdades. *Desigualdades e Democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Editora da Unesp, 2016. p. 25-66.

_____. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

MONEDERO, Juan Carlos. ¿Posdemocracia? Frente al pesimismo de la nostalgia, el optimismo de la desobediência. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 240, p. 68-86, jul.-ago. 2012. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/posdemocracia-frente-al-pesimismo-de-la-nostalgia-el-optimismo-de-la-desobediencia/>. Acesso em: 30 abr. 2017.

NASH, Kate. Post-democracy, politics and philosophy: An interview with Jacques Rancière. *Angelaki: Journal of the Theoretical Humanities*, s.l., v. 1, n. 3, p. 171-178, 1996.

O'DONNELL, Guillermo. *El estado burocrático autoritário*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

- PEREZ-LIÑAN, Aníbal. ¿Podrá la democracia sobrevivir al siglo XXI? *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 267, p. 35-45, ene.-feb. 2017. Disponível em: <http://nuso.org/revista/267/el-fantasma-del-populismo/>. Acesso em: 30 abr. 2017.
- POGREBINSCHI, Thamy. *O enigma do político: Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 2018.
- _____. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SAN MARTÍN, Raquel. Elogio de la ignorância: los riegos del antiintelectualismo. *La Nación*, 28 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/2027176-elogio-de-la-ignorancia-los-riesgos-del-antiintelectualismo>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- SINTOMER, Yves. ¿Condenados a la posdemocracia? *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 267, p. 22-34, ene.-feb. 2017. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/condenados-la-posdemocracia>. Acesso em: 30 abr. 2017.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SOUSA SANTOS, Boaventura; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SOUSA SANTOS, Boaventura (Org). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.
- TILLY, Charles. *Democracia*. Porto Alegre: Vozes, 2013.
- VITA, Álvaro de. Uma concepção liberal-igualitária de justiça distributiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 41-59, fev. 1999.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Artigo recebido em: Agosto/2018

Artigo aprovado em: Dezembro/2018

Luciana Ballestrin (luballestra@gmail.com) é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O Debate Pós-democrático no Século XXI

Resumo. Atualmente, observam-se diferentes processos de desdemocratização e autocratização em âmbito global, regional e nacional, os quais colocam um urgente desafio analítico e normativo à disciplina da Ciência Política. O presente artigo observa a importância da introdução da questão neoliberal no debate disciplinar sobre a democracia e sua crise na contemporaneidade, entendendo o neoliberalismo como força desdemocratizante, já há décadas observada nos países latino-americanos. São debatidas as potencialidades e os limites para a aplicação do conceito “pós-democrático” no contexto das democracias situadas no sul global, já que ele carrega um anglo-eurocentrismo

metodológico e um liberalismo ideológico particulares às realidades norte-americana e europeia. A ideia de um Brasil pós-democrático é aventada em um exercício interpretativo que adverte para os cuidados da importação teórica não contextualizada histórica e geopoliticamente.

Palavras-chave: Ciência Política; Pós-democracia; Neoliberalismo; América Latina; Brasil.

The Post-democratic Debate in the 21st Century

Abstract. Nowadays, Political Science faces analytical and normative challenges due to the processes of desdemocratization and autocratization of global, regional and national reach. This article argue to introduce the neoliberal issue – and its desdemocratizing potential – for the disciplinary debate about democracy and its contemporary crisis, previously already noticed in Latin-American countries. The propose discusses the limits and prospects when the "post-democratic" concept is applied in South Global democracies, inasmuch as it carries both an Anglo eurocentrism methodology and an ideological liberalism that privately represents North American and European realities. Finally, the article suggests the application of the concept of Post-democracy for the understanding contemporary Brazil, warning for the limits of theories coincide as geral which are origineted in the Global North.

Key-words: Political Science; Post-democracy; Neoliberalism; Latin America; Brazil.